



CIEA7 #27:

IMPACTO DA FORMAÇÃO E COOPERAÇÃO AO NÍVEL DO ENSINO SUPERIOR  
NAS DINÂMICAS AFRICANAS CONTEMPORÂNEAS.

Margarida Lima de Faria<sup>⊙</sup>

margaridalf@iict.pt

## **O papel da família e da pertença a redes sociais na construção de trajectórias educativas e sociais de nível superior:**

estudantes angolanos em Portugal

*A decisão de sair do país para realizar estudos superiores é, no contexto dos novos países africanos, cada vez mais uma decisão individual, e/ou de famílias, dado o enfraquecimento do papel regulador do Estado na situação actual de liberalização económica e conseqüente crescente “individualização. A partir de uma série de entrevistas a estudantes universitários angolanos, a estudar em Portugal realizadas em Lisboa e no Porto, e a profissionais que estudaram no ensino superior português, em Luanda, procurar-se-á aferir o lugar ocupado pelas “redes sociais” construídas, e mantidas, em torno de relações familiares alargadas, assim como de relações académicas ou outras, e a sua repercussão na consolidação de redes sociais mais amplas (como as que ligam estes formandos ao país de formação, e as que ligam este país ao seu país de origem) com implicações na cooperação entre os dois países e, mais concretamente, no desenvolvimento de Angola.*

Angola, Família, Redes sociais, Ensino superior, Cooperação portuguesa.

---

<sup>⊙</sup> Instituto de Investigação Científica Tropical – IICT-IP.

## INTRODUÇÃO

O tema da prossecução dos estudos para além da escolaridade obrigatória é particularmente estimulante, do ponto de vista sociológico, pois trata-se de um acto de vontade de sujeitos, pressupondo tomadas de decisão que encontram, no entanto, limites no interior de contextos sociais específicos, que funcionam como estruturas (dinâmicas) de enquadramento. Em países em que as possibilidades de escolha são limitadas, o recurso a “redes sociais”, quer familiares quer de outros tipos, revela-se crucial nas decisões que envolvem mobilidades e investimentos económicos, sociais e até mesmo afectivos, importantes. No caso dos países africanos, a pertença a “redes sociais” joga um papel fundamental na ideação, e concretização, dessas decisões que definem trajectórias de vida direccionadas para a obtenção de graus académicos de nível superior; graus que, contudo, permanecem uma excepção para a esmagadora maioria da população destes países. Como em grande parte das situações essa formação passa pela saída do país, a necessidade de activar “redes sociais” torna-se ainda mais premente (Grassi, 2009).

No presente estudo<sup>1</sup>, comparam-se duas gerações de estudantes angolanos (Geração A e Geração B) que têm em comum terem saído de Angola para cursarem o ensino superior em Portugal, ainda que o tenham feito em momentos históricos diferentes. Esta comparação de situações idênticas em contextos diversos, possibilita a análise da alteração dos campos de possibilidade individual, em conjugação com processos de transformação social, que dependem, inevitavelmente, de enquadramentos nacionais e internacionais distintos, tais como acordos de cooperação, que se vão reconfigurando à medida que se vão alterando os contextos económico e políticos dos dois países.

As recentes transformações de Angola no sentido de uma crescente liberalização da economia e das instituições, têm contribuído para alterar os modelos tradicionais de família, ao dar maior possibilidade de construção de percursos autónomos, sobretudo a partir do ensino secundário. Muitas das escolhas educativas passam, cada vez mais, por decisões do próprio criando-se uma tensão entre a regulação familiar e o processo de autonomização do estudante. Esta emancipação do indivíduo em relação às expectativas familiares, acompanha a crescente liberalização do regime angolano, com uma economia cada vez mais virada para os mercados internacionais e uma ordem tendencialmente democrática. Esta situação, que é comum a Moçambique, é referida por Francisco Noa, numa recente comunicação, apresentada em Lisboa, sobre a evolução do ensino superior nesse país.

---

<sup>1</sup> Inserido no Projecto “Educação Avançada e Desenvolvimento; A Cooperação Portuguesa com os PALOP” (2010-2012) do Centro de Estudos Africanos – ISCTE, financiado pela FCT.

Se até finais do anos 80, se poderia falar de uma ideia de cidadania incorporada e alimentada pela educação, em geral, e pelo ensino superior, em particular, assente no princípio da acção do social sobre o indivíduo, a partir da década de 90, com todas as transformações que se assistiram no mundo e no país, o que se verifica, e por impulso da liberalização política e económica, é à afirmação das responsabilidades individuais sobre o social. Francisco Noa, 2010.

Essas mudanças são também observáveis no testemunho de um dos estudantes da Geração A.

Comecei a trabalhar no processo de bolsa em 1989, no fim consegui esse processo de bolsa. Houve barreiras no meio que eu consegui ultrapassar. Depois veio o multipartidarismo e o processo mudou. Eles deixavam o processo ao próprio estudante, o estudante deixou de ser encaminhado. E quando isso calhou, quando foi autorizado [1992], calhou para fazer um estágio em Portugal. (EA20, sexo masculino, 50 anos, doutorado na Faculdade de Ciências de Lisboa, hoje Professor de Química, Faculdade de Ciências, Universidade Agostinho Neto).

Começaremos por referir o papel da família ou das “redes familiares” nas decisões escolares enquanto forma primária de “rede social” e de construção de “oportunidades de escolha”. Analisaremos, de seguida, as “redes sociais” que se constroem durante a estadia no estrangeiro (i.e. em Portugal) e a forma como são utilizadas para facilitar a integração social nesse país. Finalmente referir-nos-emos às “redes sociais” que se constroem entre profissionais (portugueses e angolanos) fruto da passagem dos profissionais angolanos pelo ensino superior português; abordaremos, na sequência desta análise, o papel de Portugal, e da cooperação portuguesa, na construção e manutenção dessas “redes sociais”.

## ESTUDANTES ANGOLANOS NO ENSINO SUPERIOR PORTUGUÊS

Portugal tem sido o país de eleição para obtenção de graus de ensino de nível superior de estudantes que vêm das suas ex-colónias. Esta situação deve-se às relações históricas que se estabeleceram entre país colonizador e colonizado, de carácter cultural (com alguma importância atribuída ao factor linguístico), curricular (aproximação entre currículos escolares), administrativo (uma cultura administrativa com raízes idênticas) mas sobretudo económico e afectivo, dado subsistirem prolongamentos familiares, em Portugal, que apoiam económica e afectivamente os estudantes. Quando questionados sobre as razões da escolha de Portugal, a

aproximação “cultural” com Angola resultante do passado colonial, e a facilidade linguística, são as mais referidas pelos inquiridos.

Na nossa formação estudava-se mais Portugal do que Angola, estudávamos os rios, as cidades ... (EA 9, sexo masculino, 52 anos, doutorado em Ciências da Educação na Universidade do Minho, é hoje dirigente de uma Universidade na província de Huíla).

É um país que está na minha memória. (EA20, sexo masculino, 50 anos, doutorado na Faculdade de Ciências de Lisboa, é hoje Professor de Química, Faculdade de Ciências, Universidade Agostinho Neto).

Foi importante estudar num país com a mesma língua. Isso facilita muito. (EA 21, sexo masculino, 51, doutorado na Faculdade de Ciências de Lisboa, é hoje Professor de Química, Faculdade de Ciências, Universidade Agostinho Neto).

Primeiro era a questão da língua. [...]. Foi uma chance para mim porque conheço a língua melhor e não teria de aprender noutra língua (EA 20, sexo masculino, 50 anos, doutorado na Faculdade de Ciências de Lisboa, é hoje Professor de Química, Faculdade de Ciências, Universidade Agostinho Neto).

Segundo os dados do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério para a Ciência, Educação e Ensino Superior (GPEARI do MCTES), no ano lectivo de 2008-09, Portugal recebeu, nas suas universidades, 6 225 novos alunos estrangeiros (para um total de 111 613 alunos de nacionalidade portuguesa), representando o fluxo de estrangeiros de cerca de 5,6% do total de alunos inscritos nesse ano.

Nacionalidade	1ºAno 1ªVez					Total de alunos				
	H	%	M	%	HM	H	%	M	%	HM
Portuguesa	49 744	94,6%	61 869	94,8%	111 613	165 337	95,0%	189 765	95,4%	355 102
Estrangeira	2 841	5,4%	3 384	5,2%	6 225	8 663	5,0%	9 237	4,6%	17 900
<b>Total</b>	<b>52 585</b>	<b>100,0%</b>	<b>65 253</b>	<b>100,0%</b>	<b>117 838</b>	<b>174 000</b>	<b>100,0%</b>	<b>199 002</b>	<b>100,0%</b>	<b>373 002</b>

**Fonte:** Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior, GPEARI/MCTES

**Tabela 1** - Alunos inscritos no 1ºano pela 1ªvez e total de alunos inscritos por nacionalidade e sexo

Ainda segundo esta mesma fonte, os alunos provenientes do continente africano representaram 52% do total dos alunos estrangeiros.

Continente	1ºAno 1ªVez		Total de alunos	
	Nº	%	Nº	%
África	2 665	42,8%	9 401	52,5%
América	2 111	33,9%	4 491	25,1%
Ásia	239	3,8%	495	2,8%
Europa	1 196	19,2%	3 486	19,5%
Oceânia	14	0,2%	27	0,2%
<b>Total</b>	6 225	100,0%	17 900	100,0%

**Fonte:** Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior, GPEARI/MCTES

**Tabela 2** - Alunos inscritos no 1ºano pela 1ªvez e total de alunos inscritos por continente

Este relatório refere ainda que os estudantes africanos provêm em maior número de Angola, logo seguidos, de muito perto, dos alunos com origem em Cabo Verde; seguem-se os estudantes de Moçambique que no entanto representam apenas cerca de  $\frac{1}{4}$  do total dos alunos de cada um dos outros dois países. De salientar ainda que nesse ano lectivo o número de estudantes cabo-verdianos foi superior (ainda que com uma pequena diferença) ao dos estudantes angolanos; o número de estudantes moçambicanos que ingressaram no 1º ano foi proporcionalmente inferior ao total dos alunos inscritos.

Continente	1ºAno 1ªVez	Total de alunos
África	Cabo Verde – 956	Angola – 3587
	Angola – 949	Cabo Verde - 3544
	Moçambique – 275	Moçambique - 876

**Fonte:** Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior, GPEARI/MCTES

**Tabela 3** - Alunos inscritos no 1ºano pela 1ªvez e total de alunos inscritos em Angola, Cabo Verde e Moçambique

Estes números, assim apresentados em bruto, não revelam contudo as vontades individuais, e familiares, que determinaram a candidatura, de cada aluno, ao ensino superior português; assim como as avaliações subjacentes à eleição deste destino por oposição a outros, que tenham surgido no seu campo de possibilidade; na sua origem estão, ainda, diferentes conjunturas internacionais de cooperação que, no caso de Moçambique, se jogam hoje mais na proximidade com os países anglófonos após a sua integração na Commonwealth; no caso de Angola e Cabo Verde, a influencia do eixo dos países da CPLP, e seus acordos de cooperação, será

provavelmente maior. É pois necessário um estudo qualitativo que dê conta da subjectividade que se esconde por detrás destes valores numéricos.

## METODOLOGIA DE RECOLHA E ANÁLISE

A capacidade de pertencer, utilizar e sustentar “redes sociais” depende, em grande medida, das situações sociais de origem. Assim, as condições que os indivíduos encontram à partida (“condições iniciais”) nas suas vidas, são proporcionadas em parte pela sua situação familiar específica, ainda que também pelas oportunidades que surgem nos vários estágios da sua formação educacional. Estas diferentes situações serão aqui analisadas, com base em entrevistas a cerca de vinte e cinco profissionais angolanos que estudaram (e obtiveram diplomas de nível superior) em Portugal e estão hoje integrados na sociedade angolana; e a trinta e cinco estudantes angolanos actualmente inscritos em universidades portuguesas. Ao primeiro grupo chamámos “Geração A” e corresponde a indivíduos com idades compreendidas entre os 22 e os 35 anos; ao segundo “Geração B” com idades entre os 35 anos e os 55 anos. A primeira série de entrevistas foi realizada em Luanda e a segunda em Lisboa e Porto. A metodologia de amostragem, tratando-se de um estudo exploratório, e tendo-se optado por uma análise de tipo qualitativo, foi uma combinação de “amostra por conveniência” e amostra de tipo “bola de neve”; ou seja, foi-se construindo de acordo com a disponibilidade de entrevistados e partindo do contacto com uns entrevistados para ir ao encontro de outros.

Geração A – Os profissionais que estudaram em Portugal e já regressaram ao país são pois:

- Mais velhos
- Iniciaram a escolarização no período anterior à independência tendo definido a sua trajectória superior após a independência.
- Alguns estavam a frequentar o ensino superior durante o reacender da guerra civil (1992).
- No seu percurso escolar o Estado sobrepôs-se à sua vontade individual.

Geração B – Os estudantes actualmente em Portugal são:

- Mais jovens
- Iniciaram a escolarização no período pós-independência.
- Viveram o período da guerra civil durante a sua formação escolar primária e secundária, alguns foram enviados, temporariamente, para Portugal após 1992.
- No seu percurso escolar o Estado teve pouca influência tendo sido sobretudo uma decisão do próprio com o apoio da família.

## CONCEITO DE “REDE SOCIAL”. A IMPORTÂNCIA DAS “REDES FAMILIARES” NA PROSSECUÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR

O conceito de “rede social” será, aqui, explorado enquanto o conjunto das formas de socialização-base, estruturadas e estruturantes, ou seja com efeitos determinantes, e duradouros, actuando ao longo da vida dos indivíduos; e, no presente caso, conducentes à construção de trajectórias educativas únicas e de algum modo “individualizadas” e “selectivas”. Independentemente do Estado ter tido uma maior ou menor influência na definição das suas trajectórias escolares, a família, e as “redes familiares” que em seu torno se geram, desempenha um papel fundamental, e até central, na formação escolar quer da geração mais velha quer na mais jovem geração de entrevistados. A sua importância, à qual não será alheia a ideia de “oportunidade”, joga-se sobretudo no final do primeiro ciclo de escolaridade, ou seja, na passagem da instrução primária para a instrução secundária. Muitos dos entrevistados referem-se ao investimento na sua formação escolar, por parte dos pais, enquanto inserido num processo mais amplo onde se inclui a sua formação moral, a construção do seu carácter.

Apesar dos meus pais não terem estudado investiram muito na nossa formação. Tiveram aquela consciência de que deveríamos estudar para que o amanhã da família possa mudar. (EA 20, sexo masculino, 50 anos, douramento em Ciências da Educação na Universidade do Minho, hoje Professor da Faculdade de Ciências, UAN).

O meu pai era uma pessoa extremamente severa no que diz respeito aos estudos e extremamente severa no que dizia respeito aos princípios morais e éticos: primeiro a honestidade, a seriedade são o básico da vida, os estudos eram o fundamental; devíamos sempre afirmar pela competência, pelo trabalho e pela seriedade. (EA 16, sexo masculino, 56 anos, Faculdade de Direito de Lisboa, hoje Professor da Faculdade de Direito, UAN, empresário, advogado).

Ele chamava-nos a atenção, para a importância do estudo. Achava que graças ao estudo que ele teve – que não foi muito mas que dava para sobreviver na altura -ele chamava-nos a atenção para isso. E ele dizia mesmo “pá eu estou a investir em vocês, e portanto eu não estou aqui a deitar dinheiro fora!” e quando tivéssemos assim maus resultados ele chamava-nos a atenção “pá eu ando a gastar aqui o meu dinheiro pá, não é para vocês estarem aqui a brincar...”. Era um tipo muito rigoroso.

(EB8, sexo masculino, 35 anos, doutorando Instituto Superior de Agronomia).

Em contextos africanos e sobretudo na situação específica de Angola, em que a distribuição dos estabelecimentos escolares na geografia do país é errática, este momento de transição de grau de ensino, pressupõe, muitas vezes, a saída do lar (família nuclear) e a mobilidade dos jovens para regiões distantes (ainda que dentro do país), normalmente transitando para a casa de outros familiares (família alargada). Estas mobilidades forçadas, durante o ensino primário, são igualmente resultantes da mobilidade profissional do pai (sobretudo no caso deste ser funcionário do estado colonial).

Eu nasci em Luanda, comecei os meus estudos primários na província de Kuanza-Sul, depois (o meu pai era funcionário de fazenda e de três em três anos mudávamos de localização) depois fui para Novo Redondo, aos 7 anos fui para Dalatando no Kuanza-Norte onde fiquei até à 5ª classe. (EA 16, sexo masculino, 56 anos, licenciatura da Faculdade de Direito de Lisboa, empresário, advogado, Faculdade de Direito da UAN).

Eu nasci concretamente numa aldeia que se chama Lucondo, nesse caso no distrito, província, nós fazemos a distinção entre distrito e província lá, que é a Huíla. E o meu ensino primário ... uma parte foi nesta localidade, e uma outra parte foi no município "C" distrital que é Lubango. (EB 14, sexo masculino, 35 anos, licenciatura em Filosofia na Faculdade de Letras do Porto).

Há ainda, nos testemunhos dos entrevistados, recorrentes referências ao envolvimento empenhado da família alargada na prossecução dos estudos dos descendentes, ancorando mesmo todas as vivências familiares em torno da educação formal, e da importância de obtenção de diplomas. São accionadas, assim, “redes familiares” que possibilitam a prossecução da educação escolar no interior do país e asseguram, igualmente, a transmissão dos valores familiares (mais ou menos tradicionais) considerados fundamentais (sobretudo no caso da Geração A).

Vim para Luanda em 1967 para casa de uma tia. Somos dez irmãos. Eu vim de castigo porque não gostava de estudar. Então essa minha tia era professora primária rígida e severa e como não gostava de estudar vim de castigo (EA 16, sexo masculino, 56 anos, Faculdade de Direito Universidade de Lisboa, hoje empresário, advogado, Faculdade de Direito da UAN).

A situação de mobilidade escolar está ainda patente nos testemunhos dos estudantes da geração mais nova (Geração B) relacionando-se, no seu caso, com a guerra civil e a instabilidade política no final da década de 80, situação que se agrava a partir de 1992.

A primária ainda fiz...bem a minha primária foi um bocado... sabe como é, a nossa situação lá de guerra e as vezes somos obrigados a sair de um local para o outro...e começou logo no ensino primário. Fiz o ensino primário um bocado dividido entre Bolongongo e Dalatando. Portanto a iniciação, a pré, fiz a pré primária, a segunda e a terceira classe fiz em Dalatando, a quarta classe comecei a fazer em Bolongongo e depois terminei em Dalatando. Pois, porque a situação agravou-se...e depois continuei em Dalatando até à sétima classe... (EB 7, sexo masculino, 25 anos, a frequentar o 4º ano da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

No período que sucede o ressurgimento dos conflitos armados dentro do país, essas redes são também accionadas para protecção dos mais jovens, assegurando-lhes um local onde estejam a salvo, e/ou para evitar o recrutamento militar (no caso dos rapazes no início da adolescência). Portugal é o destino de eleição de muitas das famílias. A família alargada aí residente funciona como rede de inter-ajuda temporária (sobretudo no caso da Geração B).

Estive cá [em Portugal] mas foi há muito tempo, no tempo da guerra em 1992 ... Fiquei cá um ano. [...] Fiquei em casa com a minha mãe ... via o telejornal notícias da guerra mas não conseguia relacionar assim muito bem... o meu pai ficou lá, por isso ... falava de vez em quando ao telefone ... tinha sempre aquela saudade, preocupação, e não me lembro de muito mais ... (EB 11, sexo masculino, 20 anos, estudante de Economia do ISEG, UTL).

Fiquei cá [em Portugal] com o meu avô... nós costumávamos vir ou só nós os três [filhos] e depois a minha mãe vinha ter connosco ou vínhamos com a minha mãe normalmente... uma vez de dois em dois anos, porque naquela altura até não era muito caro... não tínhamos muito dinheiro, mas não era, na época do partido único vendia-se uma grade de cerveja e podia-se comprar um bilhete para Portugal. Então... tinha essas facilidades e vim passar as férias, entretanto houve as eleições, rebentou a guerra e os meus pais decidiram que era melhor eu ficar aqui enquanto a situação não acalmasse ... Fiquei com os meus avós, só eu e os meus avós, os meus irmãos não vieram de férias.

Fiquei cá até 94. De 92 a 94. (EB 2, sexo feminino, 23 anos, estudante de Comunicação Cultural e Social na Universidade Católica Portuguesa).

No início ficámos em casa de uma madrinha minha, mas acho que alternámos...mas eu já não me recordo muito bem...não sei...não tenho a noção exacta se foi primeiro em casa dos meus avós, ou foi em casa da minha madrinha...Só sei que depois arranjamos uma casa perto da casa da minha madrinha, que é agora na Portela [Portugal]. (EB 6, sexo masculino, 24 anos, estudante de Gestão no ISEG, UTL).

Eu vim de 1992 a 1994 para Ansião. Vim viver com o meu avô e a madrastra da minha mãe, entretanto a filha deles, que é a minha tia, também vivia lá com a filha, depois tenho uma tia no Porto irmã da minha mãe, aqui em Lisboa tenho um irmão da minha mãe e uma irmã da minha mãe, uma irmã do meu pai, depois tenho tios e primos da parte do meu pai... tenho muitos, muitos já nasceram cá. (EB 2, sexo feminino, 23 anos, estudante de Comunicação Cultural e Social na Universidade Católica Portuguesa).

Apesar desta influência fundamental, a família é, contudo, um grupo social semi-aberto: as suas regras, os limites, são permeáveis aos efeitos da sociedade no seu sentido lato (Klein & White 1996). À medida que o estudante vai progredindo nos seus estudos adquirem importância outras influências, exógenas às que adquiriu no ambiente familiar, e que são definidas a partir de encontros sociais que o vão enquadrando.

## CONCEITOS DE “CAPITAL SOCIAL” E DE “CAPITAL HUMANO”. FORMA COMO SÃO UTILIZADOS NA INTEGRAÇÃO NA SOCIEDADE PORTUGUESA E NO MOMENTO DE RETORNO A ANGOLA

A ideia de “capital” pressupõe a existência de activos que geram benefícios num qualquer mercado seja ele material ou simbólico. A pertença a “redes sociais” determina a posse de “capital social”; ou seja, o investimento num certo tipo de relações sociais possibilita a obtenção de benefícios no mercado das relações sociais, benefícios esses que são tanto de ordem material (porque dão acesso à obtenção de rendimentos por exemplo decorrentes da inserção no mercado de trabalho) como simbólica (posições de status e reconhecimento de valor social). São estes processos mediante os quais ganhos sociais são gerados em interações sociais, que tornam esta temática particularmente interessante. Trata-se sempre de um processo activo pois exige do indivíduo tempo e esforço. Ou seja, os actores sociais sentem-se

impelidos a estabelecer relações com outros actores sociais, pois dessas ligações obtém vantagens; no entanto essas mesmas relações, também limitam a actuação dos indivíduos (Lin, 2002). Por outro lado o conceito de “capital social”, por ter este sentido de partilha e responsabilidade, individual e colectiva, tem vindo a ser cada vez mais utilizado para aferir o funcionamento da “sociedade civil” de um país (ligada a uma ideia mais lata de desenvolvimento). Através dele avalia-se, igualmente, a extensão das relações de confiança, o associativismo, a participação social e política, em geral, e a própria “qualidade” da democracia. O “capital humano” define-se como um valor acrescentado do trabalhador quando este adquire conhecimentos e competências; trata-se de um valor que, em vez de ser incorporado no produto, ou bem produzido, é incorporado no próprio trabalhador (Lin, 2001). Adquire-se assim “capital humano” através do investimento em educação, em formação, em experiência profissional. Estes conceitos são especialmente interessantes quando aplicados a países emergentes, de economia liberal e conseqüente aberta ao empreendedorismo (caso da Angola actual); parte-se do pressuposto de que se os indivíduos tiverem oportunidade de adquirir competências, conhecimentos e outros tipos de “capital humano” podem aumentar o seu valor pessoal, com repercussões no valor do seu rendimento salarial; ou seja, o seu salário pode exceder o seu valor social (de origem) permitindo acumulação de capital que pressupõe a alteração da sua posição na hierarquia social, com repercussões nos seus modos de vida e no seu reconhecimento simbólico. Trata-se, cada vez mais, de um enfoque no sujeito mais do que em genealogias familiares ou políticas (que vão perdendo protagonismo). O sujeito em processo de formação é, assim, visto como um investidor em si próprio; este investimento é em parte calculado pelo próprio e reflecte uma escolha relativamente racional.

## A PERTENÇA A “REDES SOCIAIS” DURANTE A FORMAÇÃO EM PORTUGAL

A utilização eficiente de “redes sociais” depende, também, das condições possibilitadas por cada país, e das ligações que os governos desenvolvem para a construção de acordos bilaterais e internacionais nesta área específica de mútua cooperação. No país de formação (Portugal), como vimos, são as “redes familiares” que desempenham o papel mais importante no processo de integração dos estudantes. Esta característica é específica dos países ex-colonizadores (por comparação com outros países). Há no entanto diferenças entre o papel da família face ao papel desempenhado pelo Estado angolano da Geração A para a Geração B.

A Geração A vai para Portugal ao abrigo de protocolos celebrados entre os dois países /universidades. A decisão estatal impõe-se sobre a vontade individual.

Fui para Portugal ao abrigo de um protocolo entre a Universidade Agostinho Neto e a Universidade do Minho. Dez docentes do ISCED vão para Portugal fazer a pós-graduação em Ciências da Educação. Nessa altura [1982] não havia nenhum mestre, não havia doutores. Não havia angolanos quase formados. [...] Coube ao ISCED indicar nove docentes para serem formados. Pagavam-nas as passagens, a ida e a volta quando tivéssemos o curso terminado. (EA 9, sexo masculino, 52 anos, doutorado em Ciência da Educação na Universidade do Minho, hoje dirigente de uma Universidade Angolana recentemente criada).

Para esta geração, a filiação política ainda tem bastante peso, determinando mesmo a oportunidade de saída.

A ideia era conseguir uma bolsa para estudar fora. Mas a bolsa também não aparecia, havia muitas implicações das leis, diziam na altura que para conseguir bolsa era preciso ter cinco anos de estadia em Angola e eu não tinha completado ainda cinco anos. Então isso tudo foi complicado. Também existiam implicações políticas. Havia mais facilidade para jovens que estavam enquadrados na JOTA e nós [que vínhamos do Congo-Brazaville] não tínhamos qualquer enquadramento. Fui contemplado com uma bolsa pequena da CPLP, para as universidades de língua portuguesa. (EA 20, sexo masculino, 50 anos, fez o mestrado e doutoramento na Faculdade de Ciências de Lisboa, hoje Professor de Química, Faculdade de Ciências, Universidade Agostinho Neto).

Fortemente enquadrada pelo Estado, esta geração investiu pouco em “redes sociais” durante a estadia em Portugal.

A estadia em Portugal não foi difícil mas razoável. [...] não tinha muitas ambições sociais, concentrei-me num objectivo, estudar, e foi assim. (EA 20, sexo masculino, 50 anos, fez o mestrado e doutoramento na Faculdade de Ciências de Lisboa, hoje Professor de Química, Faculdade de Ciências, Universidade Agostinho Neto).

A Geração B, mais jovem, faz mais uso de “redes” (várias) que se estabelecem no ambiente académico, e nos circuitos juvenis, descritas pelos inquiridos como abrindo possibilidades de autonomia crítica, numa esfera que preferem que seja não politizada revelando uma maior individualização nas suas escolhas.

Quando começamos a ter contactos com outros horizontes temos a oportunidade de passar a ter dúvidas e isso é uma mais valia. (EB 24, sexo masculino, 30 anos, estudante de mestrado em Estudos Africanos no ISCTE).

Não pertenço a nenhuma associação. É uma decisão que tomei. Não quero pertencer a nenhuma associação ligada a uma corrente ideológica, política, sobretudo a Associação de Estudantes Angolanos. Está muito politizada e eu não posso filiar-me numa associação que tenha um partido, de cunho político, porque eu sou muito crítico ao que se passa no meu país. (EB 30, sexo masculino, 36 anos, a realizar Licenciatura em Ciência Política na Universidade Lusófona).

Dentro das redes conviviais, construídas durante a sua estadia em Portugal, os estudantes também procuram integrar-se em associações de bairro:

Temos aqui a Associação Promotora, aqui ao lado da escola. Aquilo é uma associação de amigos [...] É uma associação que está sempre aberta ao público, mas aquilo é mais para os convívios, jogos. Eu fui para essa associação porque eu frequento sempre aquele sítio. Sou sócio, tem uma quota mensal, e quando vou, se quero qualquer coisa, consumir, também tenho desconto. (EB 29, sexo masculino, 34 anos, a frequentar o mestrado integrado em Ciências Policiais e Segurança - IPSI).

Interessante constatar que a frequência de igrejas é recorrentemente referida (por ambas as gerações) durante a sua passagem por Portugal (mesmo para a geração A mais influenciada pela ideologia socialista e que veio para Portugal ainda nos tempos do partido único).

Fazia mais parte das actividades eclesiais do das associações. Participação efectiva na igreja.” (EA 21, sexo masculino, 50, Professor de Química, Faculdade de Ciências, Universidade Agostinho Neto).  
“Frequento, na minha área de residência, uma associação ligada à igreja, na paróquia ao que chamamos o conselho económico da igreja, a fábrica da igreja sou lá secretário embora este ano também pedi dispensa porque tinha muitas coisas quer a nível profissional quer pessoal. (EB 31 – sexo masculino, 36 anos. Licenciatura Ciência Política e Relações Internacionais 3º ano – Universidade Lusófona).

A igreja tem muita importância para mim, eu digo-te a sério que tem. Porque eu vejo a minha mãe, como ela é assídua nesse caso de religião,

aconselha-me muito. (EB 32 – sexo masculino, 36 anos. Mestrado integrado em Ciências Policiais e Segurança Interna - ISPSI).

Quanto à função que atribuem às “redes sociais” construídas em Portugal, a Geração A refere mais a “convivialidade” e a “inter-ajuda de proximidade”.

Criámos uma casa de Angola em Braga, fazíamos almoçaradas, discutíamos os nossos problemas. Por uma razão estratégica juntámo-nos numa vivenda que alugámos em conjunto (os 10 estudantes) (EA 16, sexo masculino, 56 anos, Faculdade de Direito Universidade de Lisboa, hoje empresário, advogado, Faculdade de Direito da UAN).

Fiz parte de uma associação de naturais do Uíge. Esta associação existe e até tenho um cartão em casa. Foi importante porque é uma questão de distração e de convivência. EAMD. [...] Havia um ponto de encontro entre angolanos que era a Baixa do Rossio (EA20, sexo masculino, 50 anos, doutoramento na Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa, hoje Professor de Química, Faculdade de Ciências, Universidade Agostinho Neto).

A Geração B parece ser mais autónoma, activa e instrumental no uso de “redes sociais”. O acesso à informação é crucial na criação/adesão a essas “redes”. Esse apoio é importante na procura de emprego e na criação de redes direccionadas à inserção no mercado de trabalho.

Pertenço à Associação de estudantes Africanos no ISCTE. Fazem algumas actividades, como temos facilidade de acesso à informação de determinadas actividades fora do ISCTE, ajudamos as pessoas que vêm pela primeira vez e precisam de um auxílio e informam sobre empregos dentro e fora de Portugal. (EB 24, sexo masculino, 27 anos, a finalizar o Mestrado e a iniciar o Doutoramento em Estudos Africanos no ISCTE).

Criei uma associação chamada MAGUS, por mim e por outros, para combater a falta de informação, e então vimos a necessidade de criar um instrumento para nos apoiar. Foi fundada em 2003, e estive até 2005. (EB 24, sexo masculino, 27 anos, a frequentar o mestrado em Estudos Africanos).

## REGRESSO E REINTEGRAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO EM ANGOLA

Sentem que o diploma obtido em Portugal não lhes dá o reconhecimento simbólico, e social, que lhes seria devido (e que de algum modo idealizaram). Hoje no exercício da sua profissão sentem-se desenquadrados, sem meios.

Bem quer dizer, é um degrau, sobe-se um bocadinho mais mas não é assim tão significativo. As benesses também não são assim tantas. (EA 9, sexo masculino, 52 anos, doutorado em Ciências da Educação na Universidade do Minho, hoje dirigente de uma Universidade na província de Huíla).

Se formos no sentido da intelectualidade posso dizer que sim pertença à elite se for no sentido político posso dizer que não porque não sou enquadrado. (EA 20, sexo masculino, 50, mestrado na Faculdade de Ciências de Lisboa, Professor de Química, Faculdade de Ciências, Universidade Agostinho Neto).

Não sou eu que devo julgar isso mas a sociedade. Há várias formas de definir elite; em termos políticos, em termos da sociedade (uma pessoa bem posicionada). Em termos políticos é aquele que dá as suas sugestões. É uma pessoa que está em cima. A classe dos intelectuais isso é diferente, isso é em termos intelectuais. (EA 21, 51 anos, Professor de Química, Faculdade de Ciências, Universidade Agostinho Neto).

Desempenham funções socialmente reconhecidas mas com poucos recursos e fraca capacidade de decisão.

Temos vontade, temos os nossos projectos mas na altura da sua execução temos de pedir. As coisas não correm com a mesma celeridade como nós queremos, e é sempre esta luta, é sempre esta luta. (EA 9, sexo masculino, 52 anos, doutorado em Ciências da Educação na Universidade do Minho, hoje dirigente de uma Universidade na província de Huíla).

Reconhecem, no entanto, que prestam a sua contribuição formando quadros ligados ao governo, com possibilidade de decisão. O seu investimento reproduz-se, deste modo, sobretudo na criação de “capital humano” que acreditam ser útil ao desenvolvimento do país.

Só aqui na faculdade muitos que estão no governo já passaram pela minha docência. Isso prova que eu contribuí para o desenvolvimento. Tive de fazer algo para impulsionar isto, os alunos já não ficam estagnados. Há muitos alunos a terminar o curso. (EA 20, sexo masculino, 50, Professor de Química, Faculdade de Ciências, Universidade Agostinho Neto).

Não somos ouvidos. Mais vale a pena atender um juiz, um procurador do que um professor. A classe de professorado é esquecida. Contribuo com aquilo que aprendi para a formação dos estudantes, para a sociedade. (EA 21, sexo masculino, 51, doutorado na Faculdade de Ciências de Lisboa, hoje é Professor de Química, Faculdade de Ciências, Universidade Agostinho Neto).

Gozam de alguma autonomia sobretudo económica, graças às competências adquiridas e ao seu reconhecimento institucional (diploma) mas que também assenta nas “redes sociais” sobretudo no caso dos entrevistados ligados ao mundo académico (são redes que se estabelecem dentro da própria academia).

Hoje pertenço a redes profissionais. Hoje tenho relações com professores portugueses. Apoiamo-nos. É útil porque para além dessas amizades salutares, participamos em vários congressos. E agora enquanto dirigente estou a pensar fazer o pós-doutoramento. É um antigo professor que me vai ajudar nisso. (EA 9, sexo masculino, 52 anos, doutoramento em Ciências da Educação na Universidade do Minho, é hoje dirigente de uma Universidade na província de Huíla).

Continuamos a ser amigos, colaboramos. Ainda tenho vínculos de amizade, de colaboração com a minha orientadora, com os colegas. Em termos de contactos só acontece em congressos. Faço parte da Sociedade Portuguesa de Química. Faço parte da comissão científica. Angola foi eleita como organizadora para 2015. (EA 20, sexo masculino, 50 anos, doutorado na Faculdade de Ciências de Lisboa, hoje Professor de Química, Faculdade de Ciências, Universidade Agostinho Neto).

[A passagem por Portugal] criou redes sociais úteis, por exemplo, hoje, a profissão de dirigente que tenho, mas antes como vice-decano da área científica desse instituto onde eu me formei tinha lá professores [portugueses] que foram até nossos orientadores na altura dos doutoramentos, e também transformaram-se em dirigentes e estamos sempre a trocar impressões, a pedir opiniões. (EA 9, sexo masculino, 52

anos, doutoramento em Ciências da Educação na Universidade do Minho, hoje dirigente de uma Universidade na província de Huíla).

No entanto, há também quem se sinta abandonado por Portugal e/ou pelos portugueses. A manutenção da ligação do(a) ex-estudante a Portugal, em lugar de decorrer das relações de cooperação entre os países, parece resumir-se a esporádicas iniciativas individuais, e a isoladas boas vontades, desinseridas de qualquer enquadramento institucional que, por isso, rapidamente se tornam insustentáveis.

Tinha muitos amigos portugueses, apoiavam-me muito. Só que a correspondência falhou agora. (EA 12, sexo masculino, 58 anos, mestrado e doutoramento na Faculdade de Letras e de Ciências Sociais – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, hoje Director dos Serviços Académicos na UAN).

O contacto com Portugal não é muito bem regular. Eu tinha uma família científica. Mas não é uma comunicação regular. Seria melhor manter o grupo de investigação em que fui enquadrado, mas depois da sua morte [do seu orientador em 2004] fiquei como órfão, fiquei totalmente isolado. Era obrigação de Portugal manter essas ligações. Nós neste departamento onde estamos temos um projecto de mestrado onde nós precisamos de apoio de Portugal, é uma forma como Portugal nos poderia ajudar em termos de docência e em termos bibliográficos, também em termos de equipamento laboratorial. (EA 20, sexo masculino, 50 anos, doutoramento na Faculdade de Ciências de Lisboa, Professor de Química, Faculdade de Ciências, Universidade Agostinho Neto).

Eu fiz questão, num dos congressos que fizemos, que haja maior apoio de Portugal atendendo à situação do país estamos numa fase de desenvolvimento sim mas há sempre dificuldades numa área científica e temos dificuldades. A pessoa volta com entusiasmo mas isso acaba por evaporar porque falta este e aquele aparelho e a pessoa tem dificuldades na nossa área de Química. O que seria ideal com o vínculo que existe era haver um apoio de Portugal nos primeiros momentos. Seria o ideal. (EA 20, sexo masculino, 50 anos, Professor de Química, Faculdade de Ciências, Universidade Agostinho Neto).

## IMPORTÂNCIA DAS REDES FAMILIARES E DO INVESTIMENTO EM REDES SOCIAIS DA GERAÇÃO A PARA A GERAÇÃO B

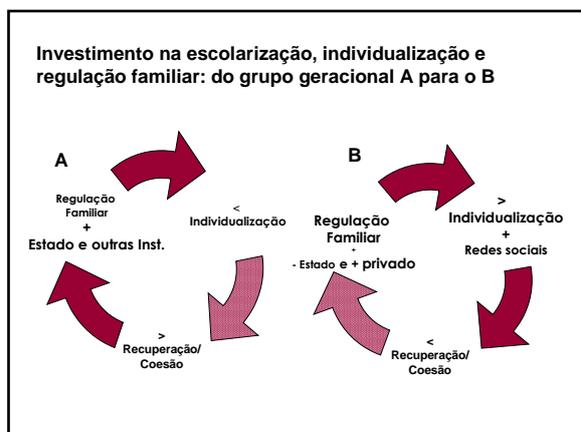


Figura 1- Investimento em redes familiares e sociais - Geração A e B

### Geração A:

- Menor influência do investimento familiar; maior investimento do Estado através de programas de apoio à formação; é esperado que utilizem o rendimento resultante do investimento em capital escolar na coesão e sustentação familiar na qual se insere o apoio à formação das novas gerações.
- Satisfatório reconhecimento profissional dos seus diplomas ainda que com fraco valor simbólico no actual contexto político.
- Fraco papel das “redes sociais” académicas ou profissionais quer em Portugal quer no regresso ao país.
- Posição crítica em relação ao papel de Portugal na sustentação dessas redes.
- Autonomia individual ligada à experiência de saída para Portugal: relativamente limitada pois saíram do país no âmbito de acordos bilaterais e deixaram, durante a sua estadia em Portugal, parte da família no país em situação precária e de risco (período da guerra civil); enorme responsabilidade dada a sua situação de excepção; algum fechamento sobre si mesmo, durante a estadia em Portugal, e concentração na idealização do regresso.

### Geração B:

- Dependem mais fortemente das famílias que investiram consciente e fortemente no seu capital escolar.
- São positivos em relação a expectativas profissionais que encontrarão no regresso e à valorização dos seus diplomas.

- Não sentem (ainda?) a pressão de distribuir rendimentos com os restantes familiares.
- Investem mais em redes sociais (reais ou virtuais).
- Não tendo ainda regressado, acalentam fortes expectativas de vir a ser úteis ao desenvolvimento do seu país.
- Autonomia individual ligada à saída para Portugal significa sobretudo “mais mundo”, “mundo” constituído pelo adensar das “redes sociais” e pelo acesso à informação (como por exemplo redes sociais em suporte electrónico). Autonomia também ligada a uma ideia de “estar na Europa” e abertura ideológica e política (maior liberdade de opinião e para o exercício da cidadania).

## CONCLUSÃO

Há um interessante confluir de efeitos estruturais, colectivos (a sociedade angolana em mudança) e agenciais, individuais (cada estudante no seio de uma dada família) quando se analisam estas configurações de possibilidades e oportunidades de cada um destes indivíduos. Por um lado a família investiu no estudante tendo criado expectativas quanto ao retorno desse investimento; por outro, cada estudante define a sua própria trajectória educacional à medida que vai atingindo graus académicos mais avançados; ou seja, do valor social adquirido dentro do próprio sistema educativo. Assim de uma geração para outra (da Geração A para a B), no percurso de escolarização de cada indivíduo assiste-se ao reforço a dependência familiar no início (“condições iniciais”); mas a uma maior autonomia individual nos níveis mais avançados havendo menor obrigação de sustentar a família com os rendimentos gerados. Essa maior autonomia gera, por seu lado, uma maior dependência de “redes sociais” havendo um maior investimento individual em “capital social”. Há também cada vez maiores expectativas de que a ligação a Portugal forneça o “capital social” que reforce a formação contínua e a integração em redes mais alargadas; os próprios estudantes tomam em mãos o aproveitamento dessa estadia tornando-se pró-activos na construção dessas “redes sociais”.

Para os que regressaram a Angola após obterem o diploma, o crescente processo de liberalização da sociedade angolana, e a menor intervenção do poder político na vida dos cidadãos, tem acentuado a autonomia das decisões relacionadas com a carreira académica e, conseqüentemente, com a entrada no mercado de trabalho. Contudo, também nesta situação, a adesão a “redes sociais” torna-se mais importante dado os apoios político-institucionais cumprirem “pior” a função do

enquadramento funcional (reintegração na sociedade e empregabilidade) dos cidadãos, um pouco deixados à sua sorte.

O sucesso da cooperação de Portugal, ao nível da educação universitária, depende da sua capacidade de tirar partido da horizontalidade destas ligações sociais, alimentando e adensando estas “redes sociais”. Pelos testemunhos recolhidos, junto dos profissionais angolanos que se formaram no ensino superior português, este desígnio está longe de ter sido cumprido. Portugal parece não estar a saber tirar partido do seu papel na formação destas gerações de universitários. Para que a cooperação não se limite apenas à frequência das universidades portuguesas, deveriam ser mantidas vivas as ligações de Portugal com estes ex-estudantes, apoiando a sua formação contínua e fornecendo-lhes recursos, tendo em vista o reforço do seu papel enquanto agentes de desenvolvimento.

## BIBLIOGRAFIA

- Grassi, Marzia. 2009. *Capital Social e Jovens originários dos PALOP em Portugal*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa.
- Lin, Nan. 2001. *Social Capital – A Theory of Social Structure and Action*. Cambridge University Press.
- Noa, Francisco. (no prelo) in Centro de Estudos Africanos (Ed.). *Actas do Encontro sobre Cooperação Portuguesa e Educação Superior nos PALOP – COOPEDU*. “Ensino Superior em Moçambique: políticas, formação de quadros e construção de cidadania”.
- Klein, D. & White. J. 1996. *Family Theories. An Introduction*. Sage Publications. Londres, Nova Deli.
- Sehoole, Molatlehgi. 2005. *Democratizing Higher Education Policy – Constraints of Reform in Post-Apartheid South Africa*. Routledge. Nova Iorque, Londres.
- GPEARI/MCTES. <http://www.gpearl.mctes.pt/?idc=21&idi=455283>, consulta em 11.11.2010.
- Hirsch, Olivia Nogueira; Giacomini, Sonia Maria. “*Hoje eu me sinto africana*”: processos de construção de identidades em um grupo de estudantes cabo-verdianos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007. 227 págs. Dissertação de mestrado. Departamento de Sociologia e Política. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.